



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 75 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto 5.450/05, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO elaboramos o presente Termo de Referência.

2.0 – DO OBJETO

Formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de **Materiais de Consumo – Hospitalares**, conforme especificações e quantidades brevemente descritas detalhadamente nas tabelas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	Qtd
1	268236	Soro fisiológico 0,9%, 100 ml frasco, estéril prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	FRASCO	150
2	269876	Clorexidina degermante 02%, frasco com 1l, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses	FRASCO	20
3	269878	Clorexidina digluconato 0,5 % alcoólica, uso externo, pronta para uso, tipo riohex, com 1000 ml, com prazo de validade mínima remanescente de 1 ano	FR	5
4	276599	Máscara Laríngea Descartável - tamanho 4, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses	UNIDADE	4
5	275732	Máscara Laríngea Descartável - tamanho 3, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses	UNIDADE	4
6	437177	Cateter Intravenoso Jelco,	UNIDADE	50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		18G(VERDE), prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses		
7	437170	DISPOSITIVO ASEPTO SCALP BD 21G , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	50
8	385209	Equipo de infusão macrogotas flexível c/ injetor lateral . prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	30
9	405501	Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	300
10	439622	Seringa descartável para insulina, 26G 1/2 - 13 x 0,45 , capacidade 1 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	300
11	293025	Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	CAIXA	20
12	430355	Curativo adesivo pronto, medindo 1,9cm x 7,6 cm , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADES	2000
13	36348	Caixa coletora para pérfurocortante. Alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNIDADE	50
14	47961	Absorvente íntimo externo sem abas com validade mínima remanescente de 18 meses, pacote com 8 unidades	PACOTE	100

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15	443022	Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	PACOTE	5
16	435803	Termômetro clínico digital de testa. Sem contato, medição de temperatura corpórea, ambientes e superfícies, alarme de febre. Garantia mínima de 6 meses.	APARELHO	3
17	303151	Lanceta para exames de glicemia, caixa com 100 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	CAIXA	5
18	269587	Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm ² , modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	PCT	30
19	397516	Agulha com tamanho 30X7 descartável com biser trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses	UNI	1000
20	377341	Agulhas de acupuntura com 1000 unidades 0,25x15 cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico. Embaladas de 10 em 10, com um mandril p/ cada 10 agulhas. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	CX	40
21	442382	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m ²) 9 x 26 cm, tipo	UNI	4000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.		
22	442382	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m ²), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNI	4000
23	428620	Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45 x 50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos.	PCT	20
24	315056	Água destilada - 5l - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	GALÃO	10
25	269946	Luas cirúrgicas estéreis, tamanho 6,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20
26	269838	Luas cirúrgicas estéreis, tamanho 7,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20
27	269891	Luas de procedimento de látex tamanho PP, ambidestra, com superfície texturizada, sem pó, caixa contendo 100 unidades.	CX	20
28	279727	Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alveado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100G. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	PCT	20
29	284700	Babador impermeável composto de fibras de celulose e filme de polietileno atóxico possui duas	PCT	10

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		camadas(1 de plástico e 1 de papel), sem adesivo, dimensões: 32cm x 47cm. PACOTE com 100 unidades. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.		
30	281555	Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha, tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Deverá ser entregue em caixas com até 24 unidades cada.	UNI	72
31	437881	Fita adesiva autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UN	5
33	374880	Lençol descartável de	PCT	400

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		polipropileno, com elástico, cor branca para maca. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. pacotes com 10 unidades cada.		
34	394449	Saco para Lixo infectante, 50 Litros, branco, pacote com 100 unidades. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	PCT	10
35	247337	Jaleco descartável com manga longa com fio recoberto. Cor branca. Gola tipo padre e punho de malha, 55% elastodieno e 45% poliéster. Abertura frontal com botões. Utilizado para cirurgias e afins. Tamanho M. <u>Gramatura 30g, ou maior.</u> Hipoalergênico. 100% polipropileno. EMBALAGEM COM 10 unidades. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos	PCT	40

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

Em atendimentos ao art. 2º, da IN nº 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

Com a participação dos servidores do SAMES foi realizado levantamento de necessidades e, considerada a disponibilidade orçamentária, e elaboramos este pedido, tendo-se em vista a demanda maior de material, principalmente com a posse de novos servidores, com dependentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Justificamos a aquisição de materiais de consumo hospitalares para a utilização nas dependências do TRE-RO pelas seguintes razões:

1. Os recursos financeiros disponíveis para custeio da saúde dos servidores têm sido utilizados na totalidade para cobrir as despesas com o plano de saúde contratado com a Unimed NNE;
2. O aumento do número de servidores constantes do quadro funcional do Tribunal, inclusive lotados nos cartórios do interior do estado. Outrora o quadro de servidores dos cartórios era de requisitados, não usuários do Programa de Assistência Médica e Social (PAMS). Ressalte-se que o atendimento do SAMES também inclui os dependentes desses novos servidores;
3. A aquisição de materiais hospitalares é considerada fundamental para mantermos suprimento regular e prestarmos assistência adequada e imediata aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a RESOLUÇÃO Nº 03 DE 31 DE MARÇO DE 2015, Art. 3º:

3.1 DA ASSISTÊNCIA DIRETA

De acordo com o Art. 3,º da Resolução nº 3/2015- TRE-RO, a assistência direta será realizada nas dependências do TRE-RO pelos profissionais de apoio especializado da área de saúde do seu quadro de servidores e compreenderá:

I – assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial,

pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;

II – assistência odontológica com enfoque na prevenção de

patologias bucais, limitada aos atendimentos de emergência, aos casos de perícia odontológica, dentística não laboratorial, cirurgia oral menor, radiografias periapicais e interproximais;

III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

A existência da Seção de Assistência Médica e Social, diretamente vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, o qual tem por função exercer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todas as atividades relacionadas com o atendimento médico, odontológico e social aos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus OBJETIVOS ESTRATÉGICOS O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS. A aquisição pretendida vai justamente ao encontro desse objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação e na qualidade do atendimento do serviço odontológico que é hoje prestado pelo SAMES.

O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração o consumo em anos anteriores.

3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

3.3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.3.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços, devendo observar, no que for cabível, a Instrução Normativa n. 01 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG, que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional e a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política nacional de Resíduos Sólidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3.2. Deverá ainda atender, no que couber, ao Decreto n. 7746/2012, de 05/06/2012, que estabelece critérios, prática e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como a flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais , tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.0 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

É conveniente para a Administração que os materiais ora solicitados sejam adquiridos de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

II – A formação de registro de preços permite a otimização do espaço disponível. A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

um espaço físico deveras elevado se a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso.

III – Alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas que certamente se dará no curso do exercício. Além disso, ainda não é possível prever com exatidão a expectativa de consumo para o exercício de 2019/2020, pois a incidência de enfermidades não permite previsão precisa, sendo possível estimar apenas um consumo aproximado. Portanto, a compra conforme a demanda é mais uma vantagem do sistema de Registro de Preços.

IV – Por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado.

Registre-se que não há Registro de Preços vigente ou compromissário para fornecimento de materiais hospitalares ao TRE-RO. E que não se identificou outra ARP que contemplasse o rol de produtos ora pretendidos. No Processo SEI [0002060-88.2017.6.22.8000](#) para aquisição de material hospitalar, já não permite que se realizem aquisições de tais produtos.

Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013, observadas as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014.

4.2.1 DO REGISTRO DE IRP:

Em atenção ao disposto no Art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Assistência Médica manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

I – Quantitativo total;

II – Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item do lote);

III – Cronograma de aquisição;

IV – Endereço completo do local de entrega;

V – Disponibilidade orçamentária;

VI – Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

Considerando a busca pela economia de escala, **será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior a 100% (cem por cento) do quantitativo mínimo estipulado por este TRE-RO no cronograma previsto no Capítulo 5, item 5.1 deste TR.**

4.2.2 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU -

Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das características dos materiais, de emprego bastantes usuais na maioria dos serviços médicos dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

5.0 – DO VALOR E DA PREVISÃO DE AQUISIÇÕES

O valor estimado da aquisição é de R\$ 19.373,36 (dezenove mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrado na planilha de cotação de preço (evento [0413992](#)).

A execução orçamentária ocorrerá com a seguinte fonte: AOSA MATMOD, sendo estimados R\$ 10.750,92 (dez mil setecentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos) para o exercício 2019 e R\$ 8.622,44 (oito mil seicentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) para o exercício 2020.

5.1 DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

Por fim, o quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

ITEM	SEGUNDO	VALOR	PRIMEIRO	VALOR
------	---------	-------	----------	-------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	SEMESTRE DE 2019	PARA 2019	SEMESTRE DE 2020	PARA 2020
1	75	R\$ 260,50	75	R\$ 260,50
2	10	R\$ 219,57	10	R\$ 219,57
3	3	R\$ 46,72	3	R\$ 46,72
4	4	R\$ 252,32	0	R\$ -
5	4	R\$ 274,45	0	R\$ -
6	50	R\$ 124,83	0	R\$ -
7	50	R\$ 86,67	0	R\$ -
8	30	R\$ 47,30	0	R\$ -
9	150	R\$ 67,00	150	R\$ 67,00
10	150	R\$ 55,00	150	R\$ 55,00
11	10	R\$ 70,03	10	R\$ 70,03
12	1000	R\$ 353,33	1000	R\$ 353,33
13	30	R\$ 97,50	20	R\$ 65,00
14	100	R\$ 391,00	0	R\$ -
15	3	R\$ 171,04	3	R\$ 171,04
16	2	R\$ 297,43	1	R\$ 148,71
17	2	R\$ 27,07	3	R\$ 40,60
18	20	R\$ 826,27	10	R\$ 413,13
19	500	R\$ 75,00	500	R\$ 75,00
20	20	R\$ 3.532,67	20	R\$ 3.532,67
21	2000	R\$ 406,67	2000	R\$ 406,67
22	2000	R\$ 600,00	2000	R\$ 600,00
23	10	R\$ 67,47	10	R\$ 67,47
24	5	R\$ 71,93	5	R\$ 71,93
25	10	R\$ 15,17	10	R\$ 15,17
26	10	R\$ 16,53	10	R\$ 16,53
27	10	R\$ 276,27	10	R\$ 276,27
28	10	R\$ 82,33	10	R\$ 82,33
29	5	R\$ 85,00	5	R\$ 85,00
30	48	R\$ 728,64	24	R\$ 364,32
31	3	R\$ 20,34	2	R\$ 13,56
33	200	R\$ 337,33	200	R\$ 337,33
34	5	R\$ 191,48	5	R\$ 191,48
35	20	R\$ 576,07	20	R\$ 576,07
		R\$ 10.750,92		R\$ 8.622,44



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.0 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O objeto deste Termo de Referência será custeado pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário - Manutenção Geral
AGREGADOR	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO	AOSA MATMOD
VALOR ESTIMADO	R\$ 19.373,36

7.0 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

A apresentação dos materiais deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

7.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

I - A proposta deverá informar, **necessariamente, a MARCA e o MODELO** do objeto ofertado.

II - O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante, informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.

III - Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, este Tribunal se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;

IV - O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

V - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

VI - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;

VII - As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Assistência Médica e Social. Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

7.2. DO CRITÉRIO ESPECÍFICO DE HABILITAÇÃO

a. As licitantes com atividades reguladas pelas resoluções RDC ANVISA n. 17, de 28 de março de 2013 e RDC ANVISA n. 16, de 1º de abril de 2014, deverão apresentar, sob pena de inabilitação, a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA.

b. A certidão poderá ser emitida/conferida pelo Pregoeiro, diretamente do sítio eletrônico da ANVISA, no seguinte endereço eletrônico:

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/>

8.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, **será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.**

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9.0 - DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, PAGAMENTO E PENALIDADES

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), **sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1. A Administração se obriga a:

a) requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária do certame. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

d) recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

d.4) produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento;

d.5) produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d.6) produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Assistência Médica deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) no ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observado o disposto no 8.3 deste instrumento;

e.3) nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = (\text{TX}) \qquad I = (6/100) \qquad I = 0,00016438$$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) a compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2. Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital e nos seus anexos e Termo de Referência, respectivamente, obriga-se a futura contratada a:

a) entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) a contratada deve entrar em contato através dos telefones nº (69) 3211-2041 / 3211-2044 / 3211-2039 para efetuar o agendamento da entrega.

a.2) o material solicitado deverá ser entregue na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento.

b) substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c.2) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convier, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento injustificado das obrigações de entrega e de substituição de produto recusado sujeita a Contratada à multa de 1% ao dia, até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sujeita-se a contratada à aplicação das seguintes sanções:

- a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- d) Quarto atraso injustificado de até 1 (um) dia ou primeiro atraso injustificado superior a 1(um) dia poderá caracterizar a inexecução contratual.

Se a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.0 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 23 de julho de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA**

TIVANELLO, Técnico Judiciário, em 24/07/2019, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001063-37.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo hospitalar - Pregão Eletrônico nº 18/2019 - Homologação.

PARECER JURÍDICO Nº 0460365 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES do TRE/RO ([0404689](#)), objetivando a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preço, de **MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR** para suprir demandas da unidade.

02. Após regular tramitação, veio aos autos a minuta do Edital ([0450573](#)), o qual logrou aprovação desta unidade Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº [0451609](#)/2019 – PRES/DG/AJDG, convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2019 ([0453459](#)). Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados nos eventos [0453461](#) e [0454414](#). Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao edital.

03. Na sequência, o pregoeiro juntou aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) relatório de propostas do sistema Comprasnet ([0458808](#));
- b) documentos de habilitação da licitante Objetiva Produtos e Serviços para Laboratórios Ltda., CNPJ nº 05.895.525/0001-56 ([0459664](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) documentos de habilitação da licitante EPIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ nº 02.231.948/0001-83 ([0459666](#)).

04. A pregoeira trouxe aos autos, também, a ata do certame ([0459668](#)), Relatório Resultado por Fornecedor ([0459670](#)), o Termo de Adjudicação ([0459671](#)), com os itens cancelados na aceitação, por não haver propostas válidas após tentativa de negociação e o Resultado de Licitação ([0459673](#)).

05. A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do dia 27/9/2019 veio aos autos no evento [0459675](#).

06. Por fim, em seu relatório ([0459676](#)), a pregoeira relata as principais ocorrências do certame e, em seguida, remete os autos a esta AJDG para sua análise (Remessa SLC [0460282](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2019

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/05.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do pregoeiro ([0459676](#)):

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0458808](#)) e na ata do pregão ([0459668](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fase de negociação/aceitação: As ocorrências estão todas registradas na ata do certame ([0459668](#)) e relatadas no quadro incluído no subitem 5.3 do Relatório SLC 0459676, cujas justificativas demonstram que a pregoeira, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

Registra-se que as propostas apresentadas pela licitante OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. para os **itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32 e 33 foram aceitas**, após a redução do seu valor inicial e a manifestação de atendimento das especificações técnica exigida no edital feita pela unidade técnica.

Igualmente ocorreu com a proposta apresentada pela licitante EPIS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI para o item 27. Contudo, esta empresa foi posteriormente desabilitada.

Destaca-se, ainda, a atuação do responsável técnico da unidade solicitante, a qual analisou as especificações técnicas dos serviços ofertados e opinou na sua classificação ou desclassificação e na aceitação dos itens e propostas do Pregão Eletrônico em comento.

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 20 e 34 restaram fracassados.

f) Item deserto: Sim. Para os itens 1, 2, 3, 14 e 29, nenhum proponente interessado compareceu ao certame em análise.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios ([0459664](#)), o Pregoeiro declarou habilitadas a licitante OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA, CNPJ nº 05.895.525/0001-56. Além disso, a licitante EPIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 02.231.948/0001-83 foi desabilitada com amparo no item 10.6 "c" do Edital, pois não atendeu ao requisito estabelecido no subitem 9.3.

h) Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

i) Adjudicação: Diante da regularidade das propostas e do cumprimento das exigências habilitatórias, o Pregoeiro declarou a licitante OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA, CNPJ nº 05.895.525/0001-56 **vencedora** dos itens acima relacionados e, ante a inexistência de recursos, procedeu-se a **ADJUDICAÇÃO** do objeto para o registro de preços, conforme **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** ([0459671](#)).

j) Publicação do resultado do julgamento: O resultado desta licitação foi disponibilizado para publicação no Diário Oficial da União nº 188, ano 2019, e no Diário da Justiça Eleitoral nº 182, ano 2019, ambos divulgado no dia 27 de setembro de 2019, conforme comprovante acostado ao evento [0459675](#).

10. Registra-se que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

11. Os **itens 1, 2, 3, 4, 14 e 29 restaram desertos**, devido à inexistência de propostas, e os **itens 20 e 34 restaram fracassados**, pois os valores das propostas superaram o estimado no certame. Desta forma, para resolução da frustração da licitação tem-se as opções a seguir explanadas.

12. Nesse caso específico, a unidade técnica (SAMES) deverá se manifestar acerca desta situação. E, **caso não haja prejuízo em razão da demora de outro procedimento licitatório, a Administração poderá eleger pela repetição do certame.**

13. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início das aquisições pretendidas, além de importar em antieconomicidade, poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Consoante a dicção deste artigo é dispensável a licitação "quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, *justificadamente*, **não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública**, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas".

15. Cabe esclarecer que o dispositivo mencionado abarca tanto as situações de licitações com itens **desertos** quanto às licitações com itens **fracassados**, ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que "**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**" ou, ainda, aquele que "formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93" (sem grifo no original).

16. Em outras palavras, é prescindível a licitação quando *não* acudirem interessados à licitação anterior e esta, **justificadamente**, não puder ser repetida **sem prejuízo** para a Administração Pública, mantidas, nesse caso, todas as condições **preestabelecidas**. Trata-se de procedimento de dispensa de licitação a ocorrer em face do advento de anterior certame licitatório deserto ou fracassado - ou, ainda, com itens desertos ou fracassados - cuja repetição seria prejudicial à Administração.

17. Conforme o magistério do aludido doutrinador, a aplicação da hipótese de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos a serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

18. Registra-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos, cabendo à Administração observá-los, lembrando que estes deverão estar criteriosamente informados, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93, vejamos abaixo alguns posicionamentos e orientações da Corte de Contas com relação a certame deserto:

Ademais, por um imperativo lógico, não seria justificável a dispensa de licitação por um pretense desinteresse de potenciais licitantes, se as condições que lhes foram exigidas são inteiramente diversas das estabelecidas no instrumento contratual diretamente firmado. A ausência de interesse em participar do certame obviamente não se coaduna com a alteração posterior das condições nele preestabelecidas. A este respeito, o ilustre Membro do Ministério Público junto ao TCDF, Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, preleciona: “Impõe a lógica jurídica que a Administração mantenha as condições ofertadas e exigidas na licitação anterior, pois se houver qualquer alteração ficará irremediavelmente comprometido o requisito “ausência de interesse” em participar da licitação. Efetivamente, não pode a Administração alterar as exigências estabelecidas para a habilitação, nem tampouco as ofertas constantes do convite ou do edital. Essa restrição abrange, inclusive, quando for o caso, a alteração dos anexos do ato convocatório, previstos no art. 40, § 2, da Lei nº 8.666/1993, como por exemplo o preço estimado pela Administração. (“Contratação direta sem licitação”. – 1ª edição. - Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 180). **Acórdão 142/1996 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)**

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocadamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

O manifesto desinteresse dos convidados não pode ser caracterizado somente pelo não comparecimento dos convidados, sendo necessário que os convidados manifestem os seus desinteresses por escrito. E assim o entendimento do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, *in* *Contratação Direta Sem Licitação*, 1ª edição, 1995, pag. 55, comentando o dispositivo: “a melhor exegese, *in casu*, leva ao entendimento de que o manifesto desinteresse se caracteriza quando presente algo mais que o simples silêncio. Alias, e regra elementar de hermenêutica que a Lei não contém palavras inúteis, ou melhor, na dicção de Ferrara: presume-se que a Lei não contenha palavras supérfluas; devem todas ser entendidas como escritas adrede para influir no sentido da frase respectiva.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Devemos acrescentar o alerta feito pelo professor Carlos Pinto Coelho Motta, *in* Eficácia nas Licitações e Contratos, Belo Horizonte, 1995, Ed. Del Rey, pag. 127, quando comenta o não-comparecimento de interessados na licitação: “a licitação deserta pode ser resultante de exigências descabidas, cláusulas discriminatórias ou publicidade ‘mascarada’. Estes vícios, infelizmente comuns, afastam os participantes e, ao serem constatados, impedem absolutamente a contratação direta. Nesses casos a ausência de licitantes terá ocorrido por culpa da própria entidade licitadora, não se admitindo o recurso da dispensa”. Portanto, a dispensa com fulcro no art. 24, inciso V, c/c o art. 22, §7º, ambos da Lei nº 8.666/1993 somente deve ser utilizada caso a licitação não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 237/1999 Plenário (Relatório do Ministro Relator)**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Assim, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar as aquisições pretendidas sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.

22. Por seu turno, comprova-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos da pregoeira, hipótese em que a lei autoriza a **adjudicação** do objeto licitado ao vencedor.

23. Mesmo registrando alguns itens fracassados e desertos, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0459668](#)).

24. Portanto, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III- DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame** pela autoridade competente, **nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** juntado ([0459671](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Ademias, poderá a Administração, caso entenda necessário, optar pela **contratação direta dos itens 1, 2, 3 14, 20, 29 e 34**, com base no art. **24, V, da Lei nº 8.666/93**. De toda forma, deverá a unidade solicitante - SAMES - se pronunciar acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

À consideração da autoridade superior.

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 03/10/2019, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 03/10/2019, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003196-86.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo hospitalar. Pregão Eletrônico nº 18/2019. Homologação.

DESPACHO Nº 4928 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES do TRE/RO objetivando a aquisição, por meio de Ata de Registro de Preço, de **MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR** para suprir demandas da unidade ([0405278](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0459668](#)), Relatório das principais ocorrências ([0459676](#)), Relatório do Resultado por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fornecedor ([0459670](#)), Termo de Adjudicação ([0459671](#)), e publicação do Resultado do Julgamento ([0459675](#)).

Não houve pedido de esclarecimento e de impugnação ao Edital. Não houve registro de intenção de recurso.

As propostas para os itens 20 e 34 foram recusadas pelo Pregoeiro por serem superiores ao valor estimado pela Administração, e não ter sido reduzido pelo licitante proponente, caracterizando-se licitação fracassada em relação a estes itens. Não houve propostas para os itens 1, 2, 3, 14 e 29.

Cumpridas as fases aceitação e habilitação, a Pregoeira declarou vencedora a licitante OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA, CNPJ n. 05.895.525/0001-56, itens 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32 e 33, valor total R\$ 9.308,35 (nove mil trezentos e oito reais e trinta e cinco centavos). Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicou o objeto à vencedora.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens 1, 2, 3, 14, 20, 29 e 34 com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ([0460365](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenham restados fracassados e desertos os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0459668](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 018/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0459671](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SAMES para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1, 2, 3, 14, 20, 29 e 34, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/10/2019, às 18:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019

ARP nº. 75/2019

PROCESSO nº. 0001063-37.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 18/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e, CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da empresa licitante **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **05.895.525/0001-56**, com sede na Rua Presidente Rodrigues Alves, nº. 66. Quadra 16. Lote 22. Setor Jardim Presidente. CEP: 74.353-400. Goiânia – GO. Telefone(s): (62) 3091-4345 e (62) 98115-4917. E-mail(s): objetiva.ltda@terra.com.br, neste ato representada pelo senhor **LEANDRO NERY DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador do **RG nº. 5620672 – SPTC/GO**, e **CPF nº. 037.217.131-17**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 04 do Edital. Máscara Laríngea Descartável - tamanho 4, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses Marca: MD.	Unid	04	63,08	252,32
02	Item 05 do Edital. Máscara Laríngea Descartável - tamanho 3, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses. Marca: MD.	Unid	04	68,61	274,44
03	Item 06 Edital. Cateter Intravenoso Jelco, 18G(VERDE), prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Topmed.	Unid	50	2,50	125,00
04	Item 07 do Edital. DISPOSITIVO ASEPTO SCALP BD 21G , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Topmed.	Unid	50	1,73	86,50
05	Item 08 Edital. Equipo de infusão macrogotas flexível c/ injetor lateral . prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Laborimport.	Unid	30	1,58	47,40
06	Item 09 Edital. Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: SR.	Unid	300	0,45	135,00
07	Item 10 Edital. Seringa descartável para insulina, 26G 1/2 - 13 x 0,45 , capacidade 1 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: SR.	Unid	300	0,37	111,00
08	Item 11 Edital. Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Theoto.	Cx	20	7,00	140,00
09	Item 12 Edital. Curativo adesivo pronto,	Unid	2000	0,35	700,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	medindo 1,9cm x 7,6 cm, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Copertina.				
10	Item 13 Edital. Caixa coletora para perfurocortante. Alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Flexpel.	Unid	50	3,25	162,50
11	Item 15 Edital. Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Gomed.	Pact	05	57,01	285,05
12	Item 16 Edital. Termômetro clínico digital de testa. Sem contato, medição de temperatura corpórea, ambientes e superfícies, alarme de febre. Garantia mínima de 6 meses. Marca: G-tech.	Unid/ Aparelho	03	148,71	446,13
13	Item 17 Edital. Lanceta para exames de glicemia, caixa com 100 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Cral.	Cx	05	13,53	67,65
14	Item 18 Edital. Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm2, modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Andreoni.	Pact	30	36,00	1.080,00
15	Item 19 Edital. Agulha com tamanho 30X7 descartável com biser trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: SR.	Unid	1000	0,15	150,00
16	Item 21 Edital. Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60	Unid	4000	0,20	800,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	G/m2) 9 x 26 cm, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Hospflex.				
17	Item 22 Edital. Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m2), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Hospflex.	Unid	4000	0,30	1.200,00
18	Item 23 Edital. Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45x50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos. Marca: Medix.	Pact	20	6,75	135,00
19	Item 24 Edital. Água destilada - 5l - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Reymer.	Galão	10	14,39	143,90
20	Item 25 Edital. Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 6,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Newhand.	Unid/Par	20	1,52	30,40
21	Item 26 Edital. Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 7,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Newhand.	Unid/Par	20	1,65	33,00
22	Item 27 Edital. Luvas de procedimento de látex tamanho PP, ambidestra, com superfície texturizada, sem pó, caixa contendo 100 unidades. Marca: Medix	Cx.	20	27,63	552,60
23	Item 28 Edital. Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100G. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Farol.	Pact	20	8,23	164,60

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24	Item 30 Edital. Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha, tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Deverá ser entregue em caixas com até 24 unidades cada. Marca: Technofio.	Unid	72	15,18	1.092,96
25	Item 31 Edital. Fita adesiva autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Politape.	Unid/ Rolo 30 M	5	6,78	33,90
26	Item 32 Edital. Lençol descartável de polipropileno, com elástico, cor branca para maca. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Pacotes com 10 unidades cada. Marca: Anadona.	Pact	400	1,69	676,00
27	Item 33 Edital. Saco para Lixo infectante, 50 Litros, branco, pacote com 100 unidades. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Goias.	Pact	10	38,30	383,00
Valor Total da ARP (R\$)					9.308,35

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **TRIBUNAL REGIONAL**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita na Seção de Assistência Médica e Social do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-859, em Porto Velho/RO, mediante prévio agendamento pelos telefones (69) 3211-2041 / 3211-2044 / 3211-2039, conforme indicado no item 9.2 do Termo de Referência respectivo.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica - **SAMES**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa **TRERO** nº 04/2008, conforme indicado no item 10.0 do Termo de Referência respectivo.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva e/ou não houve formação de Cadastro de Reserva devido à falta de fornecedores aptos à formação do Cadastro desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – **SEI** do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de outubro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

LEANDRO NERY DE OLIVEIRA

Pela Adjudicatária Fornecedor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva
CPF: 567.849.102-49
1ª Testemunha

Roberto Cavalcanti
CPF: 255.812.874-49
2ª Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO NERY DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 08/10/2019, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/10/2019, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 10/10/2019, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/10/2019, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190192
Disponibilização: 11/10/2019
Publicação: 14/10/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços nº. 75/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 18/2019/TRE-RO. Processo SEI 0001063-37.2019.6.22.8000. 1ª) ARP nº. 75/2019 – Adjudicatária: OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA, CNPJ: 05.895.525/0001-56. Objeto: I) **Item 04 do Edital**. Máscara Laríngea Descartável - tamanho 4, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses. Marca: MD. Unid. Quant. 04. Valor Unit. R\$ 63,08. Valor do item R\$ 252,32; II) **Item 05 do Edital**. Máscara Laríngea Descartável - tamanho 3, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses. Marca: MD. Unid. Quant. 04. Valor Unit. R\$ 68,61; Valor do item R\$ 274,44; III) **Item 06 Edital**. Cateter Intravenoso Jelco, 18G(VERDE), prazo mínimo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

validade remanescente de 18 meses. Marca: Topmed. Unid. Quant. 50. Valor Unit. R\$ 2,50. Valor do Item R\$ 125,00; IV) **Item 07 do Edital.** DISPOSITIVO ASEPTO SCALP BD 21G , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Topmed. Unid. Quant. 50. Valor Unit. R\$ 1,73. Valor do Item R\$ 86,50; V) **Item 08 Edital.** Equipos de infusão macrogotas flexível c/ injetor lateral . prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Laborimport. Unid. Quant. R\$ 30. Valor Unit. R\$ 1,58. Valor do item R\$ 47,40. VI) **Item 09 Edital.** Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: SR. Unid. Quant. 300. Valor do Unit. R\$ 0,45. Valor do Item R\$ 135,00. VII) **Item 10 Edital.** Seringa descartável para insulina, 26G 1/2 - 13 x 0,45 , capacidade 1 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: SR. Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 0,37. Valor do item R\$ 111,00. VIII) **Item 11 Edital.** Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Theoto. Unid. Cx. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 7,00. Valor Total do item R\$ 140,00; IX) **Item 12 Edital.** Curativo adesivo pronto, medindo 1,9cm x 7,6 cm, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses. Marca: Copertina. Unid. Quant. 2000. Valor Unit. R\$ 0,35. Valor total do item R\$ 700,00; X) **Item 13 Edital.** Caixa coletora para perfurocortante. Alça dupla para transporte. Contr trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Flexpel. Unid. Quant. 50. Valor Unit. R\$ 3,25. Valor total do item R\$ 162,50; XI) **Item 15 Edital.** Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Gomed. Unid. Pact. Quant. 05. Valor Unit. R\$ 57,01. Valor total do item R\$ 285,05; XII) **Item 16 Edital.** Termômetro clínico digital de testa. Sem contato, medição de temperatura corpórea, ambientes e superfícies, alarme de febre. Garantia mínima de 6 meses. Marca: G-tech. Unid./Aparelho. Quant. 03. Valor Unit. R\$ 148,71. Valor total do item R\$ 446,13. XIII) **Item 17 Edital.** Lanceta para exames de glicemia, caixa com 100 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Cral. Unid. Cx. Quant. 05. Valor Unit. R\$ 13,53. Valor total do item R\$ 67,65; XIV) **Item 18 Edital.** Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm2, modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Andreoni. Unid. Pact. Quant. 30. Valor Unit. R\$ 36,00. Valor total do item R\$ 1.080,00; XV) **Item 19 Edital.** Agulha com tamanho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30X7 descartável com biser trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: SR. Unid. Quant. 1000. Valor Unit. R\$ 0,15; Valor total do item R\$ 150,00; XVI) **Item 21 Edital.** Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m²) 9 x 26 cm, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Hospflex. Unid. Quant. 4000. Valor Unit. R\$ 0,20; Valor total do item R\$ 800,00; XVII) **Item 22 Edital.** Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m²), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Hospflex. Unid. Quant. 4000. Valor Unit R\$ 0,30. Valor total do item R\$ 1.200,00; XVIII) **Item 23 Edital.** Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45x50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos. Marca: Medix. Unid. Pacote. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 6,75. Valor total R\$ 135,00; XIX) **Item 24 Edital.** Água destilada - 5l - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses. Marca: Reymer. Unid. Galão. Quant. 10. Valor Unit. R\$ 14,39. Valor total R\$ 143,90; XX) **Item 25 Edital.** Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 6,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Newhand. Unid/Par. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 1,52. Valor total do item R\$ 30,40; XXI) **Item 26 Edital.** Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 7,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Newhand. Unid/Par. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 1,65. Valor total do item R\$ 33,00; XXII) **Item 27 Edital.** Luvas de procedimento de látex tamanho PP, ambidestra, com superfície texturizada, sem pó, caixa contendo 100 unidades. Marca: Medix. Unid. Cx. Quant. 20. Valor Unit. R\$ 27,63. Valor total do item R\$ 552,60; XXIII) **Item 28 Edital.** Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100G. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Farol. Unid. Pact. Unid. 20. Valor Unit. R\$ 8,23. Valor total do item R\$ 164,60; XXIV) **Item 30 Edital.** Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha, tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Deverá ser entregue em caixas com até 24 unidades cada. Marca: Technofio. Unid. Quant. 72. Valor Unit. R\$ 15,18. Valor total do item R\$ 1.092,96. XXV) **Item 31 Edital.** Fita adesiva autoclave confeccionada com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Politape. Unid/Rolo 30m. Quant. 5. Valor Unit R\$ 6,78. Valor total do item R\$ 33,90. XXVI) **Item 32 Edital.** Lençol descartável de polipropileno, com elástico, cor branca para maca. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Pacotes com 10 unidades cada. Marca: Anadona. Unid. Pacote. Quant. 400. Valor Unit. R\$ 1,69. Valor total R\$ 676,00. XXVII) **Item 33 Edital.** Saco para Lixo infectante, 50 Litros, branco, pacote com 100 unidades. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses. Marca: Goias. Unid. Pacote. Quant. 10. Valor Unit. 38,30. Valor total do item R\$ 383,00. Valor Total da ARP R\$ **9.308,35**. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, em 08.10.2019 e pelos representantes das empresas em datas diferentes.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, **Técnico Judiciário**, em 11/10/2019, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 199, segunda-feira, 14 de outubro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2019 - UASG 70021

Nº Processo: 0004897-75/2019.6. Objeto: Aquisição de garantia de servidores Dell, gateways Avaya e serviços de suporte para solução de telefonia IP e para sistema de tarifação do TRE-RS. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 14/10/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Padre Cacique, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70021-5-00063-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

(SIASGnet - 10/10/2019) 70021-00001-2019NE000059

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2019 - UASG 70021

Nº Processo: 0006809-10.2019.6. Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário entre os prédios da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/10/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Padre Cacique, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70021-5-00064-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor - Geral

(SIASGnet - 10/10/2019) 70021-00001-2019NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019.0.00004471-6. OBJETO: Locação de imóvel para a 8ª e 15ª ZEs em Nova Iguaçu, LOCADORES: Aldemar Antonio Rosolem, CPF 015.993.727-20; José Carlos Rosolem Júnior, CPF 019.561.147-00; Rafael José Mendonça Rosolem, CPF 108.669.677-88 e Ramiro Rosolem, CPF 044.862.207-65. FUND. LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 630.780,39. VALOR PARA 2019: R\$ 38.576,67. VALOR PARA 2020-2022: R\$ 592.203,72. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019.0.00049823-8. OBJETO: contratação do curso "DESARME", in company, em 24/10/19. CONTRATADA: Supera Desenvolvimento Humano Organizacional e Treinamentos Eireli, CNPJ: 10.697.685/0001-20. FUND. LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. VALOR: R\$ 18.770,00. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 101.419/18. Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 40/15 de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio à segurança eletrônica. CONTRATADA: SEGI - Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ: 40.170.029/0001-36. OBJETO: prorrogação por mais dois meses, de 18/11/19 a 17/11/20, e supressão de 24,37%, face à reautorização. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94. VALOR PARA 2019: R\$ 197.053,52, conforme NE 1134/19 e para 2020: R\$ 1.452.696,88 para ser empenhado à conta da dotação orçamentária. Elemento de despesa: 3390.37, Programa de Trabalho, Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE-RJ.

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro resolve aplicar a empresa SERMAT SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., CNPJ nº 37.085.537/0001-01, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, por 6 meses, a contar desta publicação. A penalidade é resultado das irregularidades apuradas no processo administrativo nº 2019.0.00002528-3.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs nº 75/2019, Pregão Eletrônico TRE-RO 18/2019. Processo SEI 0001063-37.2019.6.22.8000 - SEI 1ª ARP 75/2019 - Adjudicatária: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. CNPJ: 05.895.525/0001-56. I) Item 04 do Edital. Quant. 04. Vir. Unit. R\$ 63,08; II) Item 05 do Edital. Quant. 04. Vir. Unit. R\$ 68,61; III) Item 06 do Edital. Quant. 50. Vir. Unit. R\$ 2,50; IV) Item 07 do Edital. Quant. 50. Vir. Unit. R\$ 1,73; V) Item 08 do Edital. Quant. 30. Vir. Unit. R\$ 1,58; VI) Item 09 do Edital. Quant. 300. Vir. Unit. R\$ 0,45; VII) Item 10 do Edital. Quant. 300. Vir. Unit. R\$ 300; VIII) Item 11 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 7,00; IX) Item 12 do Edital. Quant. 2000. Vir. Unit. R\$ 0,35; X) Item 13 do Edital. Quant. 50. Vir. Unit. R\$ 3,25; XI) Item 15 do Edital. Quant. 05. Vir. Unit. R\$ 57,01; XII) Item 16 do Edital. Quant. 03. Vir. Unit. R\$ 148,71; XIII) Item 17 do Edital. Quant. 05. Vir. Unit. R\$ 13,53; XIV) Item 18 do Edital. Quant. 30. Vir. Unit. R\$ 36,00; XV) Item 19 do Edital. Quant. 1000. Vir. Unit. R\$ 0,15; XVI) Item 21 do Edital. Quant. 4000. Vir. Unit. R\$ 0,20; XVII) Item 22 do Edital. Quant. 4000. Vir. Unit. R\$ 0,30; XVIII) Item 23 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 6,75; XIX) Item 24 do Edital. Quant. 10. Vir. Unit. R\$ 14,39; XX) Item 25 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 1,52; XXI) Item 26 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 1,65; XXII) Item 27 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 27,63; XXIII) Item 28 do Edital. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 8,23; XXIV) Item 30 do Edital. Quant. 72. Vir. Unit. R\$ 15,18; XXV) Item 31 do Edital. Quant. 05. Vir. Unit. R\$ 6,78; XXVI) Item 32 do Edital. Quant. 400. Vir. Unit. R\$ 1,69; XXVII) Item 33 do Edital. Quant. 10. Vir. Unit. R\$ 38,30. Valor total da Ata R\$ 9.308,35. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pelo representante da empresa.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2019 - UASG 70024

Nº Processo: 0000407-80.2019. Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de prestação de serviços de manutenção, atualização, suporte técnico para um período de 30 (trinta) meses, treinamento e horas de consultoria para Solução de Auditoria em ambiente Microsoft - Varonis DataAdvantage, nos termos e condições estabelecidos no edital e em seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/10/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, - Porto Velho/RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70024-5-00028-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/10/2019 às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDERCELDSON REIS
Pregoeiro

(SIASGnet - 10/10/2019) 70024-00001-2019NE000057

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019 - UASG 70024

Nº Processo: 0001984-93.2019.6. Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material permanente (aparelho de ar condicionado), para suprir as demandas da Justiça Eleitoral de Rondônia, nos termos e condições estabelecidos no edital e em seus anexos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/10/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, - Porto Velho/RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70024-5-00029-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/10/2019 às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br.

LIZ CRISTINA PINTO DUARTE
Pregoeira

(SIASGnet - 11/10/2019) 70024-00001-2019NE000057

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 29/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 21/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0001947-39.2019.6.23.8000, assinada em 10.10.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de Câmeras de vigilância e Storage. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.073.599,90 (um milhão, setenta e três mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor PONTO DAS ANTENAS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME, CNPJ nº 09.207.728/0001-63, conforme a seguir: Item 1 - Câmera interna, AXIS, 61, unid., Valor unit. R\$ 3.049,00; Item 2 - Câmera externa, AXIS, 101 unid., Valor unit. R\$ 3.199,00; Item 3 - Storage tipo 1, QNAP, 9 unid., Valor unit. R\$ 31.199,00; Item 4 - Storage tipo 2, QNAP, 2 unid., Valor unit. R\$ 45.980,00; Item 5 - Serviços de instalação de equipamentos, 1 unid., Valor unit. R\$ 17.490,00; Item 6 - Serviços de instalação de equipamentos, 2 unid., Valor unit. R\$ 20.490,00; Item 7 - Serviços de instalação de equipamentos, 6 unid., Valor unit. R\$ 22.215,15. Assinam: pelo TRE/RR, JONILTON ALVES DE OLIVEIRA, Diretor-Geral substituto, e pela Beneficiária, JOÃO MARCOS CAVALCANTE DA SILVA. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site www.tre-rr.jus.br.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 30/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 21/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0001947-39.2019.6.23.8000, assinada em 10.10.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento Sistema de vídeo wall. O valor da Ata ficou definido em R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor APPROACH TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 24.375.542/0001-32, conforme a seguir: Item 8 - Sistema de vídeo wall com 4 monitores, CHRISTIE, 2 unid., Valor unit. R\$ 71.100,00; Item 9 - Sistema de vídeo wall com 6 monitores, CHRISTIE, 2 unid., Valor unit. R\$ 107.200,00; Item 10 - Serviço de instalação, 2 unid., Valor unit. R\$ 14.200,00. Assinam: pelo TRE/RR, JONILTON ALVES DE OLIVEIRA, Diretor-Geral substituto, e pela Beneficiária, ODILON DE BITTENCOURT HEIFICH JUNIOR. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site www.tre-rr.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 111/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 10/10/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caixas de papelão Total de Itens Licitados: 00009 Novo Edital: 14/10/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisco Miquelina, 123 Bela Vista - SÃO PAULO - SP. Entrega das Propostas: a partir de 14/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/10/2019, às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIDEC - 11/10/2019) 070018-00001-2019NE000068

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE CONCESSÃO DE USO

SEI 0005749-34.2019.6.27.8000. Termo de Concessão de Uso 01/2019. Concedente: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Concessionária: PROAM - Produtos e Serviços da Amazônia LTDA., CNPJ 04.373.034/0001-82. Objeto: concessão de uso de bem público, consistindo em espaço físico de 41,51m², destinado à exploração de serviço de lanchonete pela Concessionária. Vigência: 12 meses contados a partir da assinatura. Assinatura: 10/10/2019. Valor anual a ser pago à Concedente para ressarcimento de despesas com água e energia elétrica: R\$ 14.412,00. Fundamentação: Pregão Presencial 04/2019 nos termos da Lei 10.520/2002. Assinam: Pelo Concedente, Regina Bezerra dos Reis, Diretora-Geral Substituta, e Márcio Dias Santiago, Secretário de Administração e Orçamento Substituto, e pela Concessionária Ricardo Vicente Marques.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/portal/verificacao.html>, pelo código 05302019101400165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

